

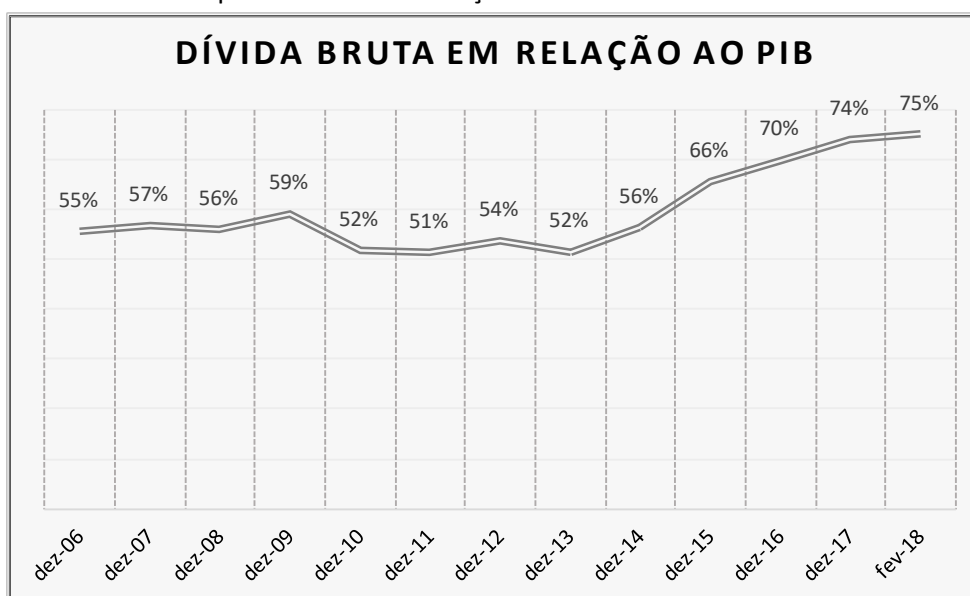
DIEESE – Subseção APCEF/SP

Informe semanal – nº 162 – 13 de abril de 2018

Dívida pública

A dívida pública brasileira cresceu vinte pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) entre dezembro de 2014, fim do governo Dilma, e fevereiro de 2017, gestão Temer. Equivalia a 56% e saltou a 75% do PIB, considerados os meses indicados. No total de fevereiro, são discutíveis e impagáveis R\$ 4,9 trilhões contraídos sem contrapartida em bens ou serviços, sem financiar o desenvolvimento. A política econômica de Temer, centrada na tese neoliberal de corte de gastos de governo, foi anunciada como fórmula para a redução dessa proporção. A realidade não tem contribuído com a tese.

Gráfico 1 – dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto



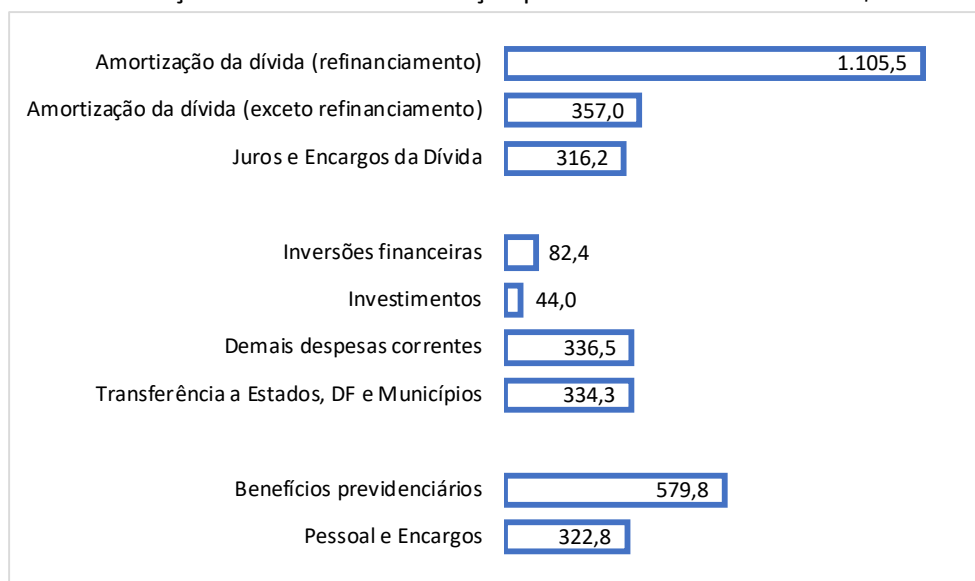
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

Taxas de juros

A dívida brasileira não se origina em deficit público. Ela é fruto dela mesma. A taxa real de juros, sempre elevada, transfere recurso da sociedade a um seletor estrato, sem contrapartida no investimento. Ganham aqueles que rolam títulos, especialmente instituições financeiras credenciadas pelo Tesouro para o mercado primário de títulos (*dealers*), além dos donos de operações compromissadas, forma para que bancos troquem, à noite, dinheiro de seu caixa por títulos do Tesouro que serão destrocados com juros na manhã seguinte. Aliás, ao contrário do que a mídia hegemônica repete todos os dias, o maior dispêndio orçamentário da União não é com benefícios de previdência. É com a rolagem e juros da dívida.

Gráfico 2 – Orçamento da União – dotação para 2018 – Em bilhões de R\$



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – base de dados janeiro de 2018

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

Juros

Também se anuncia, a cada dia, a queda das taxas de juros. Há quem mencione baixa taxa recorde. Essa queda é relativa, tem caráter nominal e não necessariamente real. A taxa praticada em 2018, se mantida em 6,5% ante expectativa de inflação para o ano seguinte de 4,07%, proporcionará ganho real de 2,3% para título adquirido e resgatado nesse prazo. Esse ganho é superior ao verificado em 2014 e 2012, primeira gestão Dilma Rousseff.

Tabela 1 – meta SELIC, IPCA em doze meses e estimativa de ganho real.

Meta SELIC ⁽¹⁾		IPCA ⁽²⁾		Ganho real Meta/IPCA)
2011	11,00%	2012	5,84%	4,9%
2012	7,25%	2013	5,91%	1,3%
2013	10,00%	2014	6,41%	3,4%
2014	11,75%	2015	10,67%	1,0%
2015	14,25%	2016	6,29%	7,5%
2016	13,75%	2017	2,95%	10,5%
2017	7,00%	2018	3,49%	3,4%
2018	6,50%	2019	4,07%	2,3%

Nota (1): SELIC em dezembro de cada ano, exceto 2018 com a taxa definida em 21 de março.

Nota (2): IPCA acumulado no ano seguinte. Até 2017, índices apurados; para 2018 e 2019, estimativas BACEN e BACEN/FOCUS (20/4/2018) para o IPCA

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo